



Anais da Assembléia

Nº 81

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antônio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omiário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Viela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 56.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nei-vo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Mirô Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Toti Colação (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Durval Amaral, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, José Tavares, Mário Bezerra, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo e Severino Félix (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Mensagens:

MENSAGEM Nº 43/92

Curitiba, 05 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa o Anteprojeto de Lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 969.760.000,00 (novecentos e sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com manutenção da instituição, essencialmente no que se refere à compra de insumos para a próxima safra de verão e recursos para investimentos em equipamentos e implementos agrícolas.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 969.760.000,00 (novecentos e sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações do próprio órgão, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta Lei, fica alterado o orçamento próprio da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	DA	VALOR	IN. DO
		DESPESA	IRI		ICOP
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA	1	1		
	AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	1	1		
		1	1		
3902	GABINETE DO SECRETARIO -	1	1		
	IDENTIDADES VINCULADAS	1	1		
341	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO IAPAR	1	3211.031001LI	869.760	101911
		1	4311.021001LI	100.000	101911
T O T A L				969.760	

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	DA	VALOR	IN. DO
		DESPESA	IRI		ICOP
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA	1	1		
	AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	1	1		
		1	1		
3902	GABINETE DO SECRETARIO -	1	1		
	IDENTIDADES VINCULADAS	1	1		
1012	PROGRAMA PARANA-RURAL/BID - IAPAR	1	3211.031171LI	878.898	101911
		1	4311.031171LI	290.600	101911
T O T A L				969.760	

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I I I		FL. 02	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	DA	VALOR	IN. DO
		DESPESA	IRI		ICOP
4000	SECRETARIA DE ESTADO DA	1	1		
	AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	1	1		
	IDENTIDADES VINCULADAS	1	1		
		1	1		
4032	FUNDACAO INSTITUTO AGRONOMICO DO	1	1		
	PARANA - IAPAR	1	1		
4000	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1	1		
	TECNOLOGICO DE PRODUCAO E	1	1		
	RECURSOS AGROPECUARIOS - IAPAR	1	3120.001001LI	869.760	101911
		1	4120.001001LI	100.000	101911
T O T A L				969.760	

PARCELAMENTO		ANEXO IV			FL. 02		CR\$ 1.000,00	
ANEXO								
111.901	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	DA	FTDI	VALOR	IN DO	IPROD	ICOD
		DESPESA		IRI				
4000	SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I				
	AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I	I	I I				
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I				
		I	I	I I				
4082	FUNDACAO INSTITUTO AGRONOMICO DO	I	I	I I				
	IPARANA - IAPAR	I	I	I I				
1044	IPESQUISA AGROPECUARIA -	I	I	I I				
	IPARANA-RURAL/BID - IAPAR	I	3120.00	I17ILI	265.453	101911		
		I	3131.00	I17ILI	35.480	101911		
		I	3132.00	I17ILI	304.000	101911		
		I	3255.00	I17ILI	6.080	101911		
		I	3259.00	I17ILI	60.800	101911		
		I	3280.00	I17ILI	6.080	101911		
		I	4110.00	I17ILI	108.467	101911		
		I	4120.00	I17ILI	182.400	101911		
TOTAL					969.740	I		

Ofícios:

OFICIO

Sob o nº DTL/SAT/138/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 382/91, por julgá-lo contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 136 e 137/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nº:

19/92: De autoria do Deputado Domingos Carvalho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção ao Excepcional de Carambei, com sede na localidade de Carambei, distrito de Carambei, Município de Castro, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.982.

Anote-se - Arquite-se.

71/91: De autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que declara de Utilidade Pública a Academia Universal Arte e Profissão, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.983.

Anote-se - Arquite-se.

87/92: De autoria do Deputado João Preis, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Luís

Renato Pedroso, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.984.

Anote-se - Arquite-se.

82/92: De autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios de Entre Rios - AMERIOS, com sede no Município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.985.

Anote-se - Arquite-se.

85/92: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Fundação Prô-Hansen, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.986.

Anote-se - Arquite-se.

92/92: De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Palmeirinha, no Município de Ponta Grossa, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.987.

Anote-se - Arquite-se.

91/92: De autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Santa Isabel do Ivaí, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.988.

Anote-se - Arquite-se.

29/92: De autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência dos Pioneiros de Rolândia, com sede e foro na Cidade de Rolândia-PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.989.

Anote-se - Arquivo-se.

56/91: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Planta Evaristo Martins Franco, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.990.

Anote-se - Arquivo-se.

86/92: De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Idosos e Centro Promocional Dom Scalabrini, com sede e foro em São Miguel do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.991.

Anote-se - Arquivo-se.

412/91: De autoria do Deputado Toti Colação, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Quinta do Sol - ADESOL, com sede no referido Município, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.992.

Anote-se - Arquivo-se.

Sob o n° ATCC 1859/92, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta a Pedido de Informações dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pu-dell e Doutor Rosinha, os quais solicitaram ao Secretário de Estado da Administração informações sobre "a previdência estadual".

Ao conhecimento do Senhor Deputado Interessado. OFÍCIO N° 143/92

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para apresentar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares neste dia 8 de junho, tendo em vista problemas a serem solucionados na Região, o que impede minha presença em Plenário.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos pela atenção que puder dispensar ao pedido.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) MARIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 167/92 que

dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, no Projeto de Lei n° 166/92, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 902

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 044/91, de sua autoria, bem como que o mesmo tenha sua discussão adiada para recebimento dos competentes pareceres.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 165/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que dispõe sobre os vencimentos dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 52/92, de sua autoria, que transfere área para o Município de Diamante do Sul.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

Na qualidade de relator do Projeto de Lei n° 090/92, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, que tem por finalidade dispor sobre o fornecimento de passagens intermunicipais para pessoas pobres, com mais de 60 anos, no Estado do Paraná,

venho REQUERER o saneamento do vício de origem do sobredito Projeto de Lei, tendo em vista que o mesmo deve, como dispõe o § 1º, do Art. 146, da Constituição Estadual, ser autuado como Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para justificar minha ausência em Plenário nos dias 09 e 10 de junho, tendo em vista que compromissos inadiáveis impedem-me a presença aos trabalhos legislativos nesta Casa de Leis.

Sendo só o que se apresenta para o momento, permita-me, ao ensejo, agradecer a Vossa Excelência a gentileza de atender meu pedido.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO Nº 882-Z

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regime Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor FRANCISCO FIEL DA COSTA FILHO, ocorrido no dia 15/05/92, no Município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor FRANCISCO FIEL DA COSTA FILHO, conhecido, carinhosamente, pelo apelido de "Xixico", foi morador do Povoado de Campinhos, onde por longos anos foi pessoa de destaque, trabalhando na agricultura, como administrador de fazenda. Deixou viúva Dona Maria Cristina da Costa e numerosa prole.

Ligado ao esporte amador, ganhou notoriedade nas atividades, que desenvolveu em favor das práticas esportivas no interior do Município.

Pela sua liderança no interior de Ibaiti, elegeu-se Vice-Prefeito com mandato cumprido de 1982 a 1988.

REQUERIMENTO Nº 886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o Plenário REQUER à Mesa, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor RODOLPHO WEIGERTH, ocorrido nesta Capital no dia 04 de junho do ano em curso.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Membro de tradicional família, o Senhor RODOLPHO WEIGERTH, com seu falecimento, deixa no seu vasto círculo de amigos uma saudade, e uma lacuna entre seus familiares que dificilmente será preenchida.

REQUERIMENTO Nº 894

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento, dia 4 de junho na Cidade de Verê, do Senhor JOSÉ ALBERTON, requerendo-se, mais, que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

José Alberton foi membro ativo da sociedade de Verê, onde nasceu em 1955. De família de agropecuarista, Alberton nunca se afastou de suas origens, ainda que multiplicassem suas atividades.

Além da agricultura e da criação de suínos, Alberton passou a dedicar-se, também, à avicultura; e embora com suas atividades tão diversificadas, encontrou tempo para dedicar-se aos movimentos sociais locais e à política que acompanhava e da qual participava apaixonadamente, tendo sido levado à presidência do Partido Democrático Trabalhista - PDT na última convenção partidária. Seríssimo em suas decisões, granjeou amigos e simpatizantes em todas as hostes, sendo admirado e respeitado por amigos, companheiros e adversários. A morte colheu José Alberton ainda jovem, depois de um acidente em que fraturou a espinha, sobrevivendo por cerca de 30 dias ao trauma que transtornou a cidade e entristeceu seus familiares, amigos e companheiros.

REQUERIMENTO Nº 892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, por intermédio de telex ou fax, ao Excelentíssimo Senhor Doutor FERNANDO COLLOR DE MELLO, Presidente da República em Brasília, no sentido de determinar aos órgãos competentes seja concedido uma linha de crédito especialíssima de 05 (cinco) anos com carência de no mínimo 06 (seis) meses, com correção máxima de 70% (setenta por cento) da TR, e teto de 40% (quarenta por cento) sobre o faturamento mensal; liberação imediata do F.G.T.S.; prorrogação de prazo para recolhimento do IPI, Impostos e taxas federais, para, no mínimo, mais 60 (sessenta) dias, contados a partir do vencimento mensal, sem a correção pela

UFIR e juros, para as indústrias e comércio das cidades gêmeas de UNIAO DA VITORIA no Paraná e PORTO UNIAO em Santa Catarina, que foram fortemente atingidas pela enchente do Rio Iguaçu, ocorrida em fins de maio e início de junho.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência, também por telex ou fax, ao Excelentíssimo Senhor Dr. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA, Ministro de Estado das Finanças, Excelentíssimo Senhor JORGE BORNHAUSEN, Ministro Chefe da Casa Civil, ao Dr. RICARDO FIUZA, Ministro da Ação Social; ao Doutor AFFONSO CAMARGO NETO, Ministro dos Transportes; Dr. REINHOLD STEPHANES, Ministro da Previdência Social; Doutor ANTONIO CABRERA FILHO, Ministro da Agricultura; Dr. ALVARO FIGUEIREDO MAIA DE MENDONÇA JUNIOR, Presidente da Caixa Econômica Federal, ao Dr. LAFAIETE COUTINHO TORRES, Presidente do Banco do Brasil, ao Dr. LUIZ ANTONIO FAYET, Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, ao Dr. CEZAR EUGENIO GASPARIM, Presidente do INSS, em Brasília.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Praticamente todo o Parque Industrial e grande parte do comércio ficou debaixo d'água, totalmente paralisado, tendo ainda hoje em ambas as cidades, mais de vinte e cinco mil desabrigados. O quadro é desolador. As águas do Rio Iguaçu demoram excessivamente para a vazão, o que agrava ainda mais o problema social, produtivo e financeiro da região. A malha rodoviária está completamente comprometida, cuja restauração leva algum tempo, mesmo com a eventual regressão das águas da enchente, e sem o que não haverá possibilidade do abastecimento de suas matérias primas que foram prejudicadas com as águas.

O desespero tomou conta da região. Hoje, segunda-feira (08), as águas estão estagnadas sem perspectivas de baixa a curto prazo; empresariado está alarmado com a situação e não vê uma solução a curto prazo para retornarem ao trabalho que provavelmente durará 90 dias.

As 13:00 horas de hoje, o nível do Rio Iguaçu mantém-se estável com 8,89 metros acima do normal.

Porto União e União da Vitória, são as únicas cidades que ainda não podem estimar a curto prazo a volta dos moradores às suas casas, bem como não têm a menor idéia para a volta ao trabalho normal do comércio e da indústria.

Estamos endossando apelo recebido dos Senhores: JOSÉ FERNANDO DISSENHA, Presidente do Sindicato Patronal da madeira, JOSE MIGUEL FORTE, Presidente da Associação Comercial e Industrial, ALVARO SCHWELER, Presidente do Sindicato das Indús-

trias da Construção Imobiliária e JOÃO BE-REJUK, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de UNIAO DA VITORIA.

REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, por intermédio de telex ou fax, ao Doutor PAULO RICARDO DOS SANTOS, Diretor representante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (B.R.D.E.) em Curitiba, no sentido de determinar estudos aos órgãos competentes, para a abertura de uma linha de crédito especialíssima com prazo e carência máxima para as indústrias e comércio das cidades gêmeas de UNIAO DA VITORIA no Paraná e PORTO UNIAO em Santa Catarina, que foram fortemente atingidas pela enchente do Rio Iguaçu, ocorrida em fins de maio e início de junho.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Praticamente todo o parque industrial e grande parte do comércio ficou debaixo d'água, totalmente paralisado, tendo ainda hoje em ambas as cidades, mais de vinte e cinco mil desabrigados.

O quadro é desolador. As águas do Rio Iguaçu demoram excessivamente para a vazão, o que agrava ainda mais o problema social, produtivo e financeiro da região. A malha rodoviária está completamente comprometida, cuja restauração levará algum tempo, mesmo com a eventual regressão das águas da enchente, e sem o que não haverá possibilidade do abastecimento de suas matérias primas que foram prejudicadas com as águas.

O desespero tomou conta da região. Hoje, segunda-feira (08), as águas estão estagnadas sem perspectivas de baixar a curto prazo; o empresariado está alarmado com a situação e não vê uma solução a curto prazo para retornarem ao trabalho que provavelmente durará 90 dias.

As 13:00 horas de hoje, o nível do Rio Iguaçu mantém-se estável com 8,89 metros acima do normal.

Porto União e União da Vitória, são as únicas cidades que ainda não podem estimar a curto prazo a volta dos moradores às suas casas, bem como não têm a menor idéia para a volta do trabalho normal do comércio e da indústria.

Estamos endossando apelo recebido dos Senhores: JOSÉ FERNANDO DISSENHA, Presidente do Sindicato Patronal da Madeira; JOSE MIGUEL FORTE, Presidente da Associação Comercial e Industrial; ALVARO SCHWELER, Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Imobiliária; e JOÃO

BEREJUK, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de União da Vitória.

REQUERIMENTO N° 884

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Engenheiro Chefe do 9° DRS do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Sidney Wosnika, solicitando sejam priorizados nos cronogramas de trabalho da empresa, serviços de restauração no leito da Rodovia Transbrasiliana, no trecho Ventania/Alto de Amparo.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Como de resto, a maioria das rodovias brasileiras apresentam problemas, principalmente quando não pavimentadas. Situação lamentável que aflige a todos os motoristas que delas fazem uso, sem que sejam os problemas solucionados convenientemente.

Entretanto, há rodovias que se apresentam em condições piores. São verdadeiras armadilhas para os motoristas e acabam por se transformar em palco permanente de tragédias, ceifando vidas, criando paraplégicos e deficientes irreversíveis. São rodovias que realmente merecem maior atenção de parte das autoridades responsáveis pela manutenção. A Rodovia Transbrasiliana, principalmente no trecho aludido, é uma delas. Daí o requerimento que fazemos em nome dos usuários e moradores adjacentes que dela se beneficiam, tendo em vista a importância como via de escoamento de safras e transporte de riquezas.

REQUERIMENTO N° 888

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente do Poder Legislativo do Estado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando medidas urgentes no sentido de coibir o elevado número de furtos e assaltos a residências no Jardim Paranaense, bairro Alto Boqueirão, nesta Capital.

Conforme poderá ser verificado pelo abaixo-assinado anexo, a intranquilidade parece definitivamente incorporada à vida dos moradores do Conjunto Residencial Jardim Paranaense, nas proximidades do ponto final do ônibus de mesmo nome, na bairro Alto Boqueirão, nesta Capital.

Há muito tempo, vários assaltos e furtos a residências vêm ocorrendo naquela localidade e, segundo os moradores, a falta de medidas policiais é um verdadeiro incentivo ao prosseguimento daquelas ações marginais.

Diante disso, confiamos nas providên-

Curitiba, segunda, em 08.06.92

cias a serem determinadas pelo Senhor Secretário da Segurança, a fim de coibir as práticas criminosas no Jardim Paranaense, zelando pela tranquilidade dos moradores daquela região.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 889

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Saneamento - SANEPAR, solicitando providências urgentes para regularização dos serviços prestados à população moradora da rua Rocha Pombo, no município de COLOMBO.

Segundo reclamações dos moradores da localidade em questão, apesar da cobrança sempre pontual das taxas que lhe dizem respeito, a SANEPAR não tem sido competente na prestação do serviço de abastecimento de água, o que talvez seja justificado, por "falhas técnicas". Diante disto e da real necessidade dos moradores em desfrutar do serviço regular de abastecimento (pelo qual estão pagando) confiamos nas providências daquela empresa para solução do problema supramencionado.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 890

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes no sentido de coibir a prática de assaltos e arrombamentos a residências no litoral do Estado.

Todo ano, após finda a temporada de férias, o litoral do Estado passa a ser palco da ação de marginais que assaltam e arrombam residências de veraneio, gozando de quase uma impunidade, já que raramente se tem notícia da prisão desses indivíduos. A veracidade das informações poderá ser confirmada junto às delegacias do litoral que têm registro do número de arrombamentos e assaltos.

A livre ação dos marginais na região mencionada é uma nódoa que macula a imagem da Secretaria de Segurança, mantendo a população à mercê dos arrombadores e assaltantes.

Dramáticas são as correspondências que nos são endereçadas por proprietários de residências no litoral, relatando invasões e perdas de bens. De nada valem recursos como alarmes, grades e outros equi-

pamentos de segurança, os assaltantes têm práticas refinadas de atuação.

Diante deste problema, que não é nenhuma novidade, questiona-se se não é chegada a hora de definir um trabalho das polícias civil e militar no litoral, livrando a população do pesadelo em que se transformou manter uma casa fora da temporada?

Para se formar uma idéia da situação, em Guaratuba, ponto importantíssimo do nosso litoral, está havendo uma grande "liquidação" de imóveis. Proprietários, apesar de gostarem de Guaratuba, têm sido motivados a vender suas residências (algumas construídas com muito trabalho). A outra alternativa seria conviver com a atual situação, "sustentando" a ação dos assaltantes e arrombadores.

Confiemos nas providências do Senhor Secretário de Segurança para solução do problema relatado, dentro da brevidade que o próprio caso requer.

Sala das Sessões, 08.06.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, por intermédio de telex ou fax, ao Excelentíssimo Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO, no sentido de determinar ao Banco do Estado do Paraná, seja aberto uma linha de crédito especial ao comércio e a indústria de UNIÃO DA VITÓRIA, bem como seja autorizado a prorrogação do ICMS para 180 (cento e oitenta) dias, igualmente a isenção do pagamento de maio e junho das contas de água e luz das casas inundadas, e a agilização de outros projetos visando auxiliar a recuperação da indústria e do comércio, e minorar o sofrimento da população com a reconstrução de suas propriedades.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Praticamente todo o parque industrial e grande parte do comércio ficou debaixo d'água, totalmente paralisado, tendo ainda hoje em União da Vitória, Paraná e Porto União (Santa Catarina), mais de vinte e cinco mil desabrigados. O quadro é desolador. As águas do Rio Iguaçu demoram excessivamente para a vazão, o que agrava ainda mais o problema social, produtivo e financeiro da região. A malha rodoviária está completamente comprometida, cuja restauração levará algum tempo, mesmo com a eventual regressão das águas da enchente, e sem o que não haverá possibilidade do abastecimento de suas matérias primas que

foram prejudicadas com as águas.

O desespero tomou conta da região. Hoje, segunda-feira (08), as águas estão estagnadas sem perspectivas de baixar a curto prazo; o empresariado está alarmado com a situação e não vê uma solução a curto prazo para retornarem ao trabalho que provavelmente durará 90 dias.

As 13:00 horas de hoje, o nível do Rio Iguaçu mantém-se estável com 8,89 metros acima do normal.

Porto União e União da Vitória, são as únicas cidades que ainda não podem estimar a curto prazo a volta dos moradores às suas casas, bem como não têm a menor idéia para a volta do trabalho normal do comércio e da indústria.

Estamos endossando apelo recebido dos Senhores: JOSÉ FERNANDO DISSENHA, Presidente do Sindicato Patronal da Madeira; JOSÉ MIGUEL FORTE, Presidente da Associação Comercial e Industrial; ALVARO SCHWELGER, Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Imobiliária; e JOÃO BEREJUK, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de União da Vitória.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 169/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a promover a participação da iniciativa privada no sistema prisional do Estado do Paraná, mediante contrato após licitação pública, atendendo as exigências legais.

Art. 2º - Os apenados que participarão do sistema previsto nesta lei, serão obrigatoriamente os condenados a penas superiores a 05 (cinco) anos de reclusão.

Art. 3º - As instituições privadas participantes do sistema, farão a reabilitação do apenado através de processos educacionais e treinamentos profissionais, promovendo:

I - Assistência Jurídica;

II - Serviços médicos, odontológicos e psicológicos;

III - Profissionalização;

IV - Programas de alfabetização.

Art. 4º - As instituições privadas administradoras dos presídios desenvolverão atividades profissionais, com a participação efetiva da mão-de-obra dos apenados, que perceberão salários de mercado, sendo deduzidas as despesas referentes a alimentação e moradia.

Art. 5º - Os estabelecimentos de administração e gerenciamento prisional terão capacidade máxima para 500 (quinhentos) apenados, e deverão ser supervisionados

por representantes da Secretaria da Justiça, e nos termos da legislação que regula a matéria.

Art. 6º - Compete a Secretaria da Justiça do Estado promover a supervisão, fiscalização e controle do funcionamento dos estabelecimentos prisionais de que trata esta lei, criando mecanismos para o cumprimento das normas contratuais.

Art. 7º - As empresas serão responsáveis civil e penalmente, pela fuga de apenados em decorrência de sua ação ou omissão, no descumprimento de cláusula contratual, podendo o Executivo cancelar o contrato sem prejuízo para o Estado.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.92

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

É sabido que o nosso sistema penitenciário é terrivelmente falho e não oferece condições necessárias para que os apenados sejam reeducados e retornem à sociedade condignamente e possam conviver normal, social e profissionalmente.

Muitos são os fatores que influem para esta deficiência, por exemplo:

- O excesso populacional no sistema, que dificulta as maneiras para profissionalizar e educar os apenados;

- A falta de especialistas que possam orientar os apenados nas mudanças de conduta, promovendo a profissionalização e a ressocialização;

- As dificuldades financeiras para a construção de novos presídios modelos que possam utilizar uma mão-de-obra que existe nos presídios.

A idéia que temos que fazer um sistema prisional é a de que o indivíduo possa pagar pelo erro cometido e que quando saia para o convívio normal na sociedade, possa desempenhar suas funções de cidadão. Já terá problemas para ser um cidadão em função da própria condição de ser ex-presidiário, se sua situação for de não profissional, muito mais difícil será sua ressocialização.

Com a privatização dos presídios, queremos minimizar esta situação, tirando um grande peso do Estado e possibilitando além da profissionalização dos presidiários, um melhor controle na sua reeducação e o mais importante, um retorno digno à sociedade em condições para exercer as suas atividades profissionais e sociais.

Temos com a privatização uma das formas de melhorar o sistema penitenciário atual, que forma marginais em grande escala, e uma idéia para combater este grande

desafio que tem solução e merece ser olhado com mais carinho.

PROJETO DE LEI Nº 170/92 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada como de Utilidade Pública a Associação de Moradores Moradias Iguaçu, AMMI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.92

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 21 de abril de 1983, sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores e à comunidade circunvizinha. Sediada no bairro Centenário, nesta Capital, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES MORADIAS IGUAÇU preenche todos os requisitos legais para declaração de utilidade pública.

Além disso, o acompanhamento atento aos relatórios de atividades da entidade levará à conclusão da legitimidade do pedido, uma vez que a entidade tem desenvolvido extraordinário trabalho junto à população do conjunto Moradias Iguaçu.

Esse trabalho vai perfeitamente ao encontro dos objetivos da Associação: congregar os moradores do Conjunto e vizinhanças em torno de seus problemas fundamentais, buscando soluções para tais problemas, promovendo o desenvolvimento comunitário e proporcionando a seus associados condições adequadas para conquista de qualidade em habitação, trabalho, recreação e outros setores básicos.

Por estas razões, submetemos à Douta Assembléia Legislativa o presente Plano de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 171/92 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa do Hemofílico, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública a Casa do Hemofílico, com sede e foro na Cidade de Londrina,

neste Estado. Entidade filantrópica, que oferece albergue aos pacientes Hemofílicos, conta com serviços qualificados de equipe multidisciplinar, capacitando-se assim, com centro de tratamento reabilitacional e fundamentalmente, profilático das complicações da hemofilia.

PROJETO DE LEI Nº 172/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A administração pública estadual direta, indireta, autárquica e fundacional dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deverá utilizar papel reciclado no seu material de expediente, tais como impressos, correspondências, formulários contínuos para informática, rascunhos, publicações e embalagens.

Art. 2º - Para os efeitos da presente Lei compreende-se por papel reciclado aquele sem uso, reprocessado a partir de papel descartável, usado ou inservível, que tenha padrão de qualidade compatível com os fins a que se destina.

Art. 3º - Em todo material de expediente a que se refere a presente lei, deverá estar impressa, em tamanho de fácil leitura, a indicação "PAPEL RECICLADO".

Art. 4º - Os órgãos da administração pública estadual direta, indireta, autárquica e fundacional no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário terão o prazo de 3 (três) anos, a contar da promulgação da presente lei, para se adaptarem às exigências nela contidas.

Art. 5º - O Poder Executivo deverá dispor a respeito das medidas a serem tomadas no que tange, inclusive, aos percentuais de compra de papel reciclado, a fim de que seja cumprido o prazo previsto no art. anterior.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Nos países industrializados onde há a preocupação com o meio ambiente, a utilização do papel reciclado é uma regra que se generaliza.

A indústria de celulose e papel é extremamente agressiva no ambiente, tanto em virtude da utilização de matéria-prima vegetal, como em razão do processo industrial adotado, gerador de resíduos extremamente nocivos ao meio ambiente que exigem tratamento dispendioso para sua neutralização.

A vegetação utilizada para fabricação

de celulose e papel é normalmente reposta em escala e qualidade inferiores à da cobertura vegetal original e a demanda de matéria-prima é via de regra maior do que o ritmo de crescimento da vegetação.

Assim, uma alternativa ecologicamente equilibrada e eficiente é a reciclagem do papel, que elimina a pressão sobre as florestas nativas ou plantadas e sobre o consumo de combustíveis fósseis, também induzindo à redução na utilização de produtos químicos necessários ao processo de digestão da pasta de celulose e branqueamento de papel.

Certos de que o Projeto de Lei ora proposto é fator de desenvolvimento e preservação ambiental, submetemo-lo à apreciação dos Nobres pares com assento nesta Colenda Casa de Leis.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós justificamos aqui, neste Plenário a nossa ausência na última quarta e quinta-feiras, onde nos dirigimos ao interior do Estado, mais especificamente na Cidade de São Jorge do Oeste, Sudoeste do Paraná, onde um grande evento e de muita importância para a região e também para o Paraná se desenvolvia naquela cidade.

Dirigimo-nos para lá pelo nosso compromisso para a região, na qual residimos, e muito mais, ainda, pelo nosso compromisso que o nosso mandato, em particular, tem com os pequenos agricultores do Paraná, e que aqui em muitos momentos tenho me manifestado e defendido os interesses desta categoria, porque a atual política agrícola do Governo Federal prevê ou pretende a extinção do pequeno agricultor no Paraná e no Brasil.

A importância do evento se justifica, quando aproximadamente dez associações de pequenos produtores da região, três Prefeituras representadas por representantes oficialmente enviados e mais de quinze sindicatos de trabalhadores rurais, com a presença também da Central Única dos Trabalhadores da Região Sudoeste e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, onde aproximadamente 150 agricultores, representando os trinta municípios do Sudoeste discutiam alternativas para a sobrevivência dos pequenos agricultores.

Há uma grande preocupação por parte das entidades e dos próprios trabalhadores, o que não se vê da mesma forma pelas autoridades do Governo Federal e do Ministério da Agricultura, em relação aos agricultores do nosso Estado, especialmente os pequenos agricultores, quando avalanches

de agricultores saem do meio rural a procura de melhor sobrevivência, a procura de um outro meio de vida, porque não vê apoio, não vê condições de sobrevivência, não vê alternativas para sobreviver numa propriedade de três, cinco ou dez alqueires de terra. E os agricultores, ali, muito preocupados juntamente com suas entidades, discutiam alternativas para resistir ao seu extermínio, para resistir à fome, para resistir a ter que se mudar da lavoura, tendo que procurar alternativas no meio urbano e enfrentar a favela, enfrentar a beira do asfalto, enfrentar a ponte ou enfrentar a fome, a miséria e talvez até a morte.

Desta forma, nós tínhamos o compromisso e a obrigação de, como convidado que fomos, participarmos deste evento, porque a nossa luta, temos aqui já nos manifestado e ao povo do Paraná, que a solução para grande parte dos problemas do Paraná, além de ser a reforma agrária, onde se colocam milhões de trabalhadores a produzir, para si e para alimentar ao povo brasileiro, como também a sobrevivência e a permanência daqueles que querem, desejam e lutam para permanecer na terra e para dali tirar o sustento dos seus filhos, para dali tirar o sustento para a nação brasileira.

Preocupados com a sua sobrevivência, os agricultores discutiam atentamente alternativas, como políticas diferenciadas para a pequena agricultura. Não se pode admitir que o mesmo tratamento que se dá a um grande latifundiário, que planta mil alqueires de soja, se dê o mesmo tratamento a um agricultor que tem três alqueires de terra e que ali quer sobreviver e sustentar a sua família.

Há que ter políticas diferenciadas, com subsídios e com condições de fazer com que o agricultor tenha coragem e vontade de permanecer na terra e ali lutar para o seu sustento, a evitar de ter que ser um favelado, no futuro, ser um sem-terra, ser um morador debaixo de lona, ou ser um assaltante ou criar filhos bandidos, nas grandes cidades, como ocorre atualmente em nosso País. As vezes, a alternativa que se propõe a pessoas que estão morrendo de fome e lutam pela sobrevivência, são os programas de apoio, além ainda de outras propostas discutidas com os agricultores. Programas de apoio por parte do Governo Federal, também do Governo Estadual e até dos Governos Municipais, industrialização de produtos de pequenas indústrias. Concluindo Senhor Presidente, que os próprios agricultores se unam, se juntem em associações e possam criar alternativas conjuntas para sobreviverem na terra e na roça. Além de preços justos para os produtos, o que estamos vendo um descalabro pe-

la atual política agrícola que nem sequer o preço mínimo se garante aos agricultores pela luta, que derramam o seu suor, que enfrentam sol e chuva e às vezes ainda perdem o seu produto pelas intempéries e não vê nenhuma garantia do preço justo, nem do preço mínimo para os seus produtos. Além da grande preocupação que constatamos pelos agricultores e pelas suas entidades quanto a implantação do MERCOSUL, solicitando através de moções e documentos, que se adie a implantação do MERCOSUL porque os pequenos agricultores precisam discutir, aprofundar e analisar e a sua avaliação é de que o MERCOSUL trará enormes prejuízos para a pequena agricultura brasileira, que sem técnica e tecnologia não consegue concorrer com as tecnologias dos países que comporão o MERCOSUL.

Por isso, com muita satisfação comunicamos esta Casa a nossa ausência e da nossa participação com muito orgulho naquele Seminário que foi de muita importância para o Sudoeste do Paraná e para o nosso Estado inteiro com referência a pequena agricultura. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inicialmente a nossa saudação pessoal e queremos acreditar de todo o Poder Legislativo, a presença que nos faz neste momento através da visita do Deputado Pedro Arthur Sampaio.

Amigo deste Parlamento e porque não dizer amigo do Paraná, tendo em vista as muitas atribuições das quais esteve à frente e dando o desempenho que sempre teve.

Nosso abraço e muito obrigado pela presença Deputado.

(Lê): Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto que nos traz a esta tribuna no dia de hoje, diz respeito à recente Portaria de nº 128, assinada em 18.05.92 por Sua Excelência, o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária - Dr. Antônio Cabrera.

Rememoremos, portanto o conteúdo da Portaria Ministerial nº 128.

Art. 1º - Determinar às Diretorias Federais da Agricultura e Reforma Agrária que adotem as seguintes medidas:

I - formação de equipes permanentes de inspeção de leite junto às chefias do serviço de inspeção e representação regionais.

II - imediata retirada física dos veterinários e agentes de inspeção lotados exclusivamente junto a um determinado estabelecimento de leite, sob SIF.

III - fiscalização, pelas equipes permanentes de inspeção, do fiel cumprimento da legislação em todos os estabelecimentos láticos, inclusive avaliando o efetivo controle de qualidade das empresas e o produto final dos estabelecimentos sob SIF.

Art. 2º - Conceder num prazo de 90 dias para o pleno cumprimento da sistemática de inspeção industrial e sanitária do setor lácteo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação".

Senhores Deputados, Sua Excelência, o Ministro Cabrera, acaba de tomar uma decisão, da qual temos profunda preocupação e nos posicionamos contrariamente, no momento em que, o Governo do Paraná, através das ações da Secretaria da Agricultura, passa a importar matrizes bovinas, com vistas a incrementar em 60% a produção leiteira do Paraná nos próximos anos, vemos com muita preocupação esta atitude do Ministério da Agricultura, que retira os médicos veterinários e agentes de inspeção que estão lotados junto aos estabelecimentos industriais de laticíneos.

Ao nosso ver, tal atitude não merece nossa aprovação, como tampouco foi aprovada pelos presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária de todo o País, que também em recente assembleia realizada em Aracaju / Sergipe, repudiaram tais medidas emanados do MARA.

Com tal atitude, pretende o Ministério da Agricultura exercer a fiscalização do leite e derivados, apenas a nível de comércio, ou seja, no último segmento da cadeia de produção.

Isto, ao nosso ver, coloca em risco todo um sistema de garantia de qualidade, pois, o leite, é um produto que requer um cuidado especial, desde o início de sua produção até a fase final, quando já industrializado é colocado à disposição dos consumidores nos estabelecimentos comerciais.

"A inspeção prévia dos produtos de origem animal (leite, carnes, ovos, etc.) constitui medida imprescindível e fundamental. É uma prática universal, garantindo que estes produtos sejam levados ao comércio, dentro de suas condições sanitárias normais, livres de alterações na sua composição ou nos seus padrões de qualidade.

Os trabalhos de inspeção para ter caráter de austeridade e as condições de poder e vigilância, devem ser concebidos através de um sistema de controle permanente nos estabelecimentos". Conforme bem frisou a matéria publicada no jornal do Estado em 23.05.92.

"Todo o sistema de fiscalização em ní-

vel de varejo é incapaz de garantir a sanidade do produto final, mesmo que acompanhado de inspeções periódicas aos estabelecimentos produtores. Somente a inspeção prévia e continuada, pode assegurar a saúde do consumidor".

"O leite e derivados são veículos ideais para a transmissão de inúmeras doenças, tais como: tuberculose, leptospirose, brucelose, etc., além das freqüentes intoxicações alimentares, que causam danos, muitas vezes irreversíveis ao ser humano".

As análises laboratoriais e as providências que as envolvem, não são um processo veloz, ao contrário, são geralmente lentas e conforme o tipo de exame, dispendiosas, contrapondo-se à comercialização", cujo regime apresente certa agilidade e imediatismo, tal qual afigurou a matéria publicada na Gazeta do Povo em 23.05.92.

Conforme bem se posicionou a Assembleia de Médicos Veterinários realizada em Aracaju, "Não se pretende anular ou minimizar a validade da fiscalização dos alimentos de origem animal em nível de consumo e seu lastro fundamental - os Laboratórios Microbiológicos e Bromatológicos. Ambos tem um valor considerável e se fazem essenciais, como elementos complementares e auxiliares da inspeção aos estabelecimentos produtores."

Baseados nesses argumentos é que, este Deputado-Médico Veterinário, e também, os demais representantes dos Médicos Veterinários do Brasil, em defesa do consumidor e da saúde pública pedem a revogação da portaria nº 128 do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, meus companheiros. (Lê):

"AO POVO DE CURITIBA

Tenho recebido com indisfarçável contentamento as milhares de manifestações favoráveis à minha candidatura ao mais elevado cargo do Executivo Municipal, através do programa de rádio que executo diariamente há anos, no meio da Praça Rui Barbosa, pela Rádio Difusora, e, também, através do programa de televisão levado ao ar pela TV Iguaçu canal 4, diariamente, ao meio-dia.

Creio, sem falsa modéstia, que o resultado extremamente honroso de ser apon-

tado em três pesquisas consecutivas do IBOPE como primeiro colocado na preferência popular, não é fruto do acaso, mas consequência de um longo e contínuo trabalho diretamente ligado à população, conhecendo e atendendo - dentro das possibilidades, - as necessidades e agruras de nossa gente.

Essa profunda identificação com as pessoas que aqui vivem, com aquelas que vêm do interior do Estado em busca de uma oportunidade, de uma melhor qualidade de vida, levaram-nos à condição de indicado pela população, - é bom que se diga, - como "Prefeiturável", conforme se diz no jargão político.

Diante dessa vontade popular, não poderia frustrar o interesse de tantas pessoas que acreditaram em meu trabalho e na minha disposição de continuar ajudando.

Ocorre, entretanto, que uma candidatura não se faz vencedora apenas pela vontade. É preciso que hajam outros meios para viabilizá-la plenamente. Buscando dar resposta a tanta gente que em mim depositou confiança, procurei viabilizar essa candidatura, primeiramente dentro do meu próprio Partido, o então PMDB, no qual as portas me foram fechadas, mesmo tendo sido o Deputado Estadual mais votado do partido no Paraná e o mais votado em Curitiba.

Amigos do Partido Liberal (PL), entendendo que a minha candidatura era necessária a revitalização do processo político na Capital, formularam convite para ingressar nesse digno Partido, cuja decisão muito me honrou e me honra, por isso decidi aceitá-la.

Desde essa data temos procurado incansavelmente materializar esse desejo e essa vontade popular. Contudo, as dificuldades tem sido maiores, tornando impraticável a realização de um projeto sólido, consistente, responsável e maduro. Muitos são os motivos que concorreram para isso, dentre os quais podemos citar:

a) O reduzido espaço de tempo no horário eleitoral no rádio e na televisão impedem que se possa levar à população uma mensagem clara e objetiva. A forma desigual e injusta com que os grandes Partidos fizeram a divisão de tempo prejudica e retira a possibilidade de pequenos Partidos crescerem;

b) Extremas dificuldades em se realizar coligações com outros Partidos visando ampliar esse tempo - com exceção - da digna manifestação de vontade do PDC - Partido Democrata Cristão que, espontaneamente, prontificou-se a coligar com o PL (pela identidade de propósitos), tornam ainda mais difícil essa tarefa;

c) Em face da modesta campanha que teríamos que empreender, não há como fazer frente à estrutura do Governo Estadual e

do Governo Municipal e dos partidos que os apóiam, além de seus respectivos tempos no horário eleitoral gratuito;

d) A obrigatoriedade do meu afastamento do rádio e da televisão (por exigência legal), impedindo-me de exercer normalmente o trabalho que realizo continuamente há anos, retira-me a possibilidade de chegar ao eleitor, forçando a utilização de meios financeiros que possibilitem a divulgação da candidatura mediante o uso de impressos, adesivos, camisetas, etc., prejudicando sobremaneira a consecussão do resultado almejado.

As dificuldades aqui enumeradas somam-se outras tantas, que tornam impraticável a realização dessa vontade popular - e que é minha também, na medida em que é oriunda da vontade de nossa gente, - mas que para se tornar realidade não depende apenas de vontade.

Não tenho a ambição pessoal irremovível de ser candidato, nem faço da candidatura apenas um degrau a mais para obter sucesso pessoal. Não estou renunciando nem traindo essa vontade do povo de Curitiba, muito menos fugindo à minha responsabilidade, mas apenas e tão somente adiando, por motivos de força maior, a realização desse desejo.

Tenho certeza que o povo me compreenderá, como tem-me compreendido até agora. Afinal, quem nunca saiu de perto dele, não será agora que irei abandoná-lo. A população sabe que com chuva ou frio estarei onde sempre estive, prosseguindo meu trabalho em todas as manhãs no meio da Praça Rui Barbosa e na televisão, fazendo a minha parte pelo próximo. A população sabe que sempre terá um amigo na praça.

Agradeço do fundo do meu coração a todos que honraram com a manifestação de sua preferência nas pesquisas, ao apoio recebido de todos os amigos, ao Partido Liberal (PL) ao qual continuo filiado e ao PDC - Partido Democrata Cristão pela solidariedade e confiança e ao povo de Curitiba pelo reconhecimento do meu humilde trabalho. A todos a minha profunda gratidão e a certeza de que estaremos sempre juntos hoje e no futuro, se Deus quiser.

A LUTA CONTINUA!

CARLOS SIMÕES

Deputado Estadual - PL"

Senhor Presidente, eu uso o tempo do PL.

Companheiros Deputados, não foi fácil para mim tomar essa decisão, não foi fácil para mim esse final de semana com a minha esposa, com os meus filhos, com os meus irmãos, nós conversamos e trocamos idéias sobre a seqüência da minha candidatura rumo à Prefeitura Municipal de Curitiba. Para mim foi muito difícil, muito duro, me

emocionei, chorei, fiquei aborrecido, fiquei triste; mas quem tem Deus no coração, tem a luz divina que ilumina os caminhos, me veio na sequência a alegria e o sorriso e a vontade de permanecer da forma que eu sou: sorrindo, brincando, trabalhando, batendo duro em quem precisa, e levando avante os meus propósitos.

Teve graças a Deus o privilégio de ser o primeiro colocado nas pesquisas de opinião rumo à Prefeitura Municipal de Curitiba desde a saída da primeira pesquisa do IBOPE, realizada pelo Jornal "Indústria e Comércio". Mesmo sem apoio do Governador, mesmo sem apoio de Prefeito, sozinho numa luta solitária, singular; mas porém bonita, uma luta maravilhosa, uma luta que com certeza honra a minha família, as pessoas que trabalham comigo e os meus amigos. Onde vai o nome de Carlos Simões, do Deputado, do comunicador, vai alegria, vai a esperança; nunca vão tristeza e solidão.

Não consegui viabilizar através de ligações partidárias, não consegui viabilizar a minha candidatura, porque não tenho ligação com nenhum grupo econômico que me sustente, que me garanta uma parada; se tivesse, com certeza diria a vocês, se eu entrasse no jogo sujo e pesado, eu teria com certeza hoje a minha viabilidade eleitoral no rádio e também na televisão, porque infelizmente este País está tomado por corruptos e gente de má índole que comandam partidos por este País afora, tem gente boa, tem gente que dá gosto, mas tem gente que merecia morrer numa cadeira elétrica porque usa partidos para proveitos próprios, para promoção própria e para tirar proveitos financeiros para futuras campanhas eleitorais. Não aceitei o jogo e não aceitarei, recebi, digo a vocês, recebi propostas das mais diversas possíveis, mas sou graças a Deus, desde a minha origem, desde a minha formação - do meu humilde pai, seu Jardelino Simões, caboclo, analfabeto, simples, mas honrado, recebi dele uma formação que me deu essa condição de hoje estar aqui e um privilégio de ser, talvez, com certeza, um dos políticos de maior volume eleitoral no Sul do Paraná.

Aquelas pessoas, aqueles Deputados companheiros, meus amigos, ao pessoal da Imprensa, aos meus companheiros do PL - Colombino Grassano, Dalton Machuca, novas amizades que nasceram entre nós, que colaboraram, que estiveram comigo. Antonio Annibelli que no seu Partido, o PSDB, gritou: "Saia de cima do muro, vamos buscar a pessoa que tenha voto, que tenha fibra, que tenha garra para ser nosso candidato a Prefeito de Curitiba". Ele não foi ouvido.

Ele, publicamente, fez essa colocação. E a todos os amigos que me incentivaram nessa luta, muito obrigado. Eu sou moço, tenho 33 anos de idade e vou, se Deus qui-

zer no bom sentido, incomodar muita gente ainda.

Com aparte o Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Carlos Simões, eu quero, nesse momento de desabafo de sua parte, quero me solidarizar com o seu pronunciamento e dizer que conheço bem a sua vida, ou pelo menos desde que começou no rádio em Curitiba, acompanho seu trabalho, sei que durante longos anos de sua vida, tem acordado na madrugada não tendo medido esforços para transmitir um programa de rádio e agora de televisão.

Sei da sua vontade e conheço a sua origem e compreendo o seu desabafo em relação aos caciques da política.

Se nós fôssemos todos, com o mesmo rumo, batendo firme naqueles que mantêm o monopólio da política e do poder, nós abriríamos espaço para a população. Se fizéssemos uma análise hoje aqui, cada um que tenha sido eleito por um partido - PRN, PDS, PDT vamos verificar que aqui, dos eleitos, já há uma mistura incrível.

Gente que trabalhou duramente contra o atual Governo eleito, hoje soma o atual Governo com muito mais facilidade com aqueles que militavam, com sonho, com esperança e com crença no amanhã novo, diferente.

Então aqui hoje se vê um desabafo de um cidadão que chegou na liderança nas pesquisas em Curitiba. Meus parabéns, nossa solidariedade e o nosso compromisso de amizade, mais do que nunca, por este ato tão espontâneo que comove a todos nós.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito obrigado.

O Sr. Antonio Annibelli - Deputado Carlos Simões, esta Casa hoje fica entristecida com a notícia de Vossa Excelência, não ser candidato a Prefeito.

Parece que se torna uma regra neste País da corrupção, do PC de Farias, do PC de Mello, enfim, do Presidente da República, das distribuições de jornais, de canais de televisão, de emissoras de rádio, desta máfia que se implanta no Paraná e no Brasil.

Nós vimos entristecidos, o Deputado Algaci Túlio - um grande companheiro - ser passado para trás no seu partido.

Vemos Vossa Excelência, que procurou sair do PMDB para buscar uma legenda alternativa, que lhe desse condições de candidatura.

Vemos o Deputado Neivo Beraldin com seus projetos ecológicos, com seu trabalho de juventude, sendo torpedeado.

Vamos ver na semana que vem, infelizmente, o Deputado Rafael Greca também desistindo ou sendo passado para trás pela

máfia de Curitiba.

Vemos o PSDB, meu partido, abortando uma candidatura. Primeiro defende a sua. Hoje, tenta abortar a candidatura do Vereador Jonathas Pirkiel. E aí vamos ver um trabalho de empreiteiras, um trabalho de compadres, de sócios e de amigos, que nós Deputados, que somos tão mal falados neste Paraná, que ganhamos demais, que trabalhamos, mas é na nossa porta que bate o doente; que bate o parente para enterrar um cadáver; que precisa de uma passagem... aqui existe o coração do político de qualquer partido. Aqui bate o coração do Parlamentar, do homem do interior, do homem acostumado a ver o sofrimento desta gente tão mal atendida pelos governos municipais, estaduais, federais, sem aquele sentimento cristão de dar a mão a um irmão da gente.

Nós vamos passando e vemos que o Poder Legislativo a cada dia perde a sua representatividade, porque nossos companheiros, independente de sigla partidária, são passados para trás. A televisão, tenho certeza, mas Vossa Excelência não disse, mas garanto que Vossa Excelência foi ameaçado de ter seu programa abortado. E o Deputado Algaci Túlio de ter os seus problemas. O Deputado Neivo. O Deputado Rafael Greca.

Tenho certeza que ameaças, pressões do poder econômico, devem ter feito com que os caciques políticos, apaniguados do Governo Federal, ou até dos Governos estaduais, não sei até como o Deputado Maurício Fruet conseguiu ser candidato - que me parece é candidato do PMDB - talvez consiga ser o candidato porque não é Deputado. Talvez fossem buscar no homem que tem cheiro do povo também uma saída para não perder a eleição muito vergonhosamente, ou com esperança mínima buscar uma candidatura. Que não seja de um Ceneviva - que veio conhecer a Assembléia na semana passada - e disse: "que ambiente amistoso, que ambiente bom, não sabia que a Assembléia era assim!

Não sabia porque não conhece o povo, não conhece Deputado. Não sabe o que é puxar um doente, carregar um morto. É acostumado a lidar com a tecnocracia, naquilo que não tem cheiro de poeira, de barro, de povo. Não tem sentimento cristão, não tem apoio de população. Ou de um Taniguchi - que não sei quem é, para onde vai - pode ser um bom técnico, não sei se é o candidato. Mas no meu partido, no PSDB hoje, Vossa Excelência pode ter certeza e esta Casa também - porque não aceito imposição de quem vem de fora, ou de querer fazer acordos por baixo do pano.

Vossa Excelência tem a minha solidariedade. Fico entristecido porque Vossa Excelência é uma bandeira do pequeno, do humilde. Com seu trabalho na televisão, de

rádio e na Assembléia, vem conquistando a preferência popular em Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES - Na verdade apoio sempre tive, do companheiro Paulo Pimentel, um apoio solidário de companheiro, de amigo. Foi uma pessoa que me incentivou e que abriu espaço nos seus meios de comunicação, para que tivesse esta projeção e me convidou para fazer o programa da Rede Estadual para todo o Paraná.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte?

Assentimento.

Agradeço a Vossa Excelência a oportunidade que me dá neste aparte.

Para mim não foi surpresa a posição tomada por Vossa Excelência. Foi uma posição de maturidade, apesar da juventude de Vossa Excelência. Conheço Vossa Excelência desde que chegou em Curitiba, humilde, lá de Pato Branco e que, graças ao esforço pessoal, alcançou a projeção que hoje poucos têm na vida política do Paraná. Vossa Excelência é hoje uma bandeira, principalmente das classes desfavorecidas.

Mas Vossa Excelência ainda é jovem, tem um longo caminho a percorrer. Vossa Excelência vai refletir sobre o futuro político ou de comunicador social, porque Vossa Excelência é um grande comunicador social e isto às vezes é até mais compensatório do que o papel propriamente dito de político.

O SR. CARLOS SIMÕES - E financeiramente também.

O Sr. Erondy Silvério - E financeiramente nem se discute. E Vossa Excelência não tem que dar satisfações à ninguém, aos demagogos que dizem que nós recebemos 30 milhões por mês, mentem à imprensa, porque não é verdade. Então Vossa Excelência não tem que dar satisfações a essa gente, pelo menos na função de comunicador social.

Mas eu quero, nesta oportunidade, para ser rápido no aparte, me congratular com a posição assumida por Vossa Excelência porque é uma posição corajosa, uma posição daqueles jovens que querem e que sabem onde querem chegar. Vossa Excelência sabe onde quer chegar, isto é muito importante para quem está começando a vida.

Meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito obrigado!

Meus amigos, eu desejo sorte aos demais companheiros Deputados, o Doutor Rosinha em Curitiba, que já está referendado, sorte, Deus te ajude.

Aos demais companheiros Deputados Estaduais que são candidatos em sua cidade,

boa sorte, Deus ajude, até uma outra oportunidade!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Inicialmente também, a minha solidariedade ao companheiro Carlos Simões, ao comunicador, Deputado. Acho que nós demos uma demonstração de amor à Cidade, nós temos dado uma demonstração da preocupação que nós temos com a cidade de Curitiba, eu no meu veículo de comunicação; Carlos Simões no seu veículo; Luiz Carlos Martins, enfim os companheiros que são companheiros e que têm sabido representar esta Casa lá fora, que têm procurado representar a Assembleia da melhor maneira possível e tem a todo instante procurando defender a sua cidade.

Nós tivemos também, em 89, a vontade ferrenha de sermos Prefeito de Curitiba e, na última hora tivemos que abrir espaço, trazendo o companheiro Jaime Lerner e hoje não me arrependo disso, muito pelo contrário, hoje me sinto um homem orgulhoso na pessoa que tenho, sem dúvida alguma, uma satisfação extraordinária de ser o vice-Prefeito do melhor Prefeito do Brasil, de ter ajudado Jaime Lerner a transformar, a modernizar esta cidade de Curitiba, que a cada dia é comentada, cada dia é premiada em todos os pontos do mundo.

Agora também estávamos na iminência e esperávamos que fosse a nossa oportunidade, no entanto não foi desta vez também. Quem sabe Deus está nos iluminando, entendendo que nosso caminho seja outro, que nós talvez contribuamos muito mais até mesmo fora da função de Prefeito, fora de uma função tão importante - muito embora eu já tenha assumido a Prefeitura por três ocasiões - mas talvez nós rendemos muito mais fazendo o papel que muita gente não faz, que é lá na periferia, de ir lá conversar com o povo, de pisar na lama, de cheirar na poeira e de atender os reclamos da comunidade.

Quero neste momento, ser solidário à sua posição, companheiro Carlos Simões, e jovem como é, muitas outras oportunidades chegarão, e tenho certeza que saberá aproveitá-las.

Mas, ao mesmo tempo em que se fala em eleição de Prefeito para Curitiba, quero dizer que Curitiba, em uma semana, ganhou mais dois prêmios: um a nível internacional, outro a nível nacional. Na última sexta-feira, estive no Rio de Janeiro representando o Prefeito Jaime Lerner, para receber um projeto em nome da população curitibana.

(Lê):

"Mais um prêmio que a cidade de Curitiba recebe e que contribui ainda mais para incentivar os curitibanos a continuarem com seu espírito ecológico, que tem conferido grande qualidade de vida.

Efetivamente, somos uma cidade pioneira em boa gestão ecológica.

No entanto, muitas vezes tememos que possam confundir a nossa cidade com um paraíso.

Na verdade, temos em Curitiba grande parte dos problemas que afligem as cidades do terceiro mundo.

No entanto, temos uma certeza: a de que estamos tentando, e conseguindo, fazer as coisas de maneira correta daqui por diante.

Sobretudo, temos a preocupação de não deixar que os problemas cresçam.

E, em grande parte, temos feito isso a partir do lixo.

Foi em 1.989, no primeiro ano de gestão, que enfrentamos um terrível problema. Estávamos assumindo a gestão de uma cidade que gera mais de 700 toneladas de lixo por dia e cujo único aterro sanitário encontrava-se com sua capacidade totalmente esgotada.

Tivemos que recorrer aos aterros de cidades vizinhas, até que pudéssemos construir um novo aterro.

Foi então que, ao invés de esconder o problema da população, fomos direto ao ponto e, além de mostrar com todas as letras as dificuldades de se dar um destino final a tanto lixo, mostramos também as vantagens da reciclagem.

Foi neste contexto que nasceu o programa chamado "Lixo que não é Lixo", que só é possível com a decidida participação da população.

Paralelamente a isto, passamos a comprar o lixo das populações faveladas, fornecendo os sacos plásticos e fazendo o pagamento com vale transporte ou com alimentos da temporada.

Este programa, que já alcançou a totalidade das vilas carentes da cidade, está levando uma nova perspectiva a estas populações.

Onde antes havia lixo, agora existem hortas caseiras, e o índice de doenças contagiosas está caindo. Tudo isso se faz associado a um amplo programa de educação ambiental, que começou pelas escolas municipais, avançou através do uso intensivo dos veículos de comunicação social, e está se consolidando através da Universidade Livre do Meio Ambiente. Esta Universidade, livre e informal, está repassando à população o conhecimento e as boas práticas ambientais.

São cursos rápidos, destinados principalmente aos formadores de opinião: professores, policiais, motoristas de táxi,

zeladores e síndicos de prédios, jornalistas e radialistas.

A adesão da população aos programas ambientais em Curitiba é uma história antiga. Vem desde a primeira gestão do Prefeito Jaime Lerner, que começou em 1971. Naquela época, como todos sabemos, o mundo nadava em petróleo barato e as cidades esbanjavam recursos em viadutos, que muitas vezes só serviam para deslocar um engarrafamento de um ponto para outro. Era a época de predomínio do automóvel. E o Prefeito Lerner, então com apenas 33 anos de idade inaugurou sua gestão com um discurso diferente. Mostrando que a cidade tinha que ser do homem, antes da máquina, que tinha que dominar seu crescimento e conciliar-se com a natureza.

E foi o que aconteceu em Curitiba. Logo o transporte coletivo passou a ter predominância sobre o automóvel e do meio metro quadrado de área verde de então a cidade passou para 52 metros. Hoje quem vê Curitiba do alto, ou anda por suas ruas, sente a cidade verde que é por tudo isso que somos considerados a capital ecológica pelos caminhos que a cidade abraçou, pela determinação de vencer seus problemas e de se fazer ambientalmente correta.

(Termina de ler).

Então, nesse sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que na última sexta-feira estivemos no Rio de Janeiro recebendo para nosso orgulho e satisfação o prêmio Ação Verde, conferido à Capital do Estado do Paraná. Já na quinta-feira, o Prefeito Jaime Lerner recebeu, durante a Eco-92 do Rio de Janeiro, o prêmio entre onze capitais do mundo Curitiba a única de um País de terceiro mundo a ser premiada. Portanto, tudo isso nos gratifica no momento em que nós fazemos esta parceria com o Prefeito Jaime Lerner administrando a cidade de Curitiba.

Gostaria, mais para efeito de transmitir aos companheiros do PDT, de dizer que ontem à tarde nós estivemos representando o Partido numa convenção muito importante no vizinho Município de Campo Largo, onde a administração feita pelo Prefeito Afonso Portugal Guimarães tem dado um exemplo de dedicação, um exemplo de probidade no tratamento da coisa pública transformando aquele município num exemplo para os demais municípios da região metropolitana.

E ontem nós lançamos a candidatura do Vereador, professor e engenheiro Emídio Pianaro Junior, filho de Emídio Pianaro que por duas gestões também foi Prefeito naquele município, tendo como Vice-Prefeito Darley Parolin, médico daquela cidade, e da sigla do PTB. Formamos uma coligação: PDT, PTB, em Campo Largo, que conta ainda com a participação do PST e do PDS na composição das chapas dos Vereadores.

Também na última quinta-feira, à noite, estivemos em Guaratuba onde lá também o PDT mostra a sua força através da sua comissão Executiva, presidida pelo companheiro Oales de Queiróz, que nos dá o prazer da sua visita hoje aqui, onde nós vamos apoiar o candidato do PSC, Partido Social Cristão, companheiro Ananias, numa coligação também visando comandar os destinos da cidade de Guaratuba que precisa, evidentemente, de uma injeção nova, que necessita do apoio de outros Partidos no gerenciamento daquela cidade. Portanto, eu gostaria de fazer estes dois registros dizendo ainda que a Convenção do PDT, a nível de Curitiba, será no próximo dia 21, quando o Prefeito Jaime Lerner espera levar para aquela Convenção já, antecipadamente, uma definição com relação ao nome do candidato a Prefeito de Curitiba. Temos certeza que até o final desta semana o Prefeito deverá se posicionar, juntamente com o nosso Partido, a indicação do nome postulante à sucessão do Prefeito Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury): Passa-se ao Grande Expediente. Deputado Renato Adur, com a palavra. Horário das Lideranças. PT com a palavra Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa Constituição Federal, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, garante no seu artigo 202 aposentadoria dos 55 anos para a mulher agricultora e aos 60 anos para o agricultor. Considerando-se que com muita justiça este direito foi conquistado pelos lavradores do País, através de suas lutas na elaboração da Constituição brasileira. A média de vida do homem do campo hoje em nosso País está em torno de 60 anos. Nada mais justo do que reduzir de 65 para 60 anos a aposentadoria dos agricultores, o que com muita garra e com muita luta conquistamos na Constituição Federal. O que ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que tenho me manifestado há algumas vezes, é que o Governo não cumpre a Constituição e não vem pagando este direito constitucional aos lavradores no País inteiro, especificamente também no nosso Estado. O artigo 202 da Constituição garante esta aposentadoria. O artigo 59 das Disposições Transitórias dá um prazo de 12 meses para que o Congresso, através de Lei complementar, aprove o que está escrito na Constituição, no artigo 202. Ainda no artigo 59 dá 18 meses de prazo, após os 12, para implantação da nova lei de benefícios da previdência. Considerando-se estes prazos da Constituição seria 4 de abril de 1991 o

prazo máximo para que, através dos órgãos competentes, o Governo pagasse, retribuisse aos nossos velhinhos agricultores a sua aposentadoria pela sua contribuição de trabalho ao País, o que deveria ser feito já a partir de outubro de 89. Nós podemos dizer que em junho de 92 ainda não se está fazendo e não se está cumprindo o direito constitucional dos agricultores que deveriam estar aposentados. As alegações, enquanto se permaneceu o prazo e não havia regulamentação era de que a lei não estava regulamentada, mas os agricultores, através das suas organizações e sindicatos procurava pressionar o Congresso, o governo, o Ministério da Presidência, o INSS para que se regulamentasse e se fizesse com que há quase 4 anos de escrito na Constituição, esse direito fosse respeitado e passasse as aposentadorias aos agricultores e às agricultoras.

Saiu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia 24 de julho de 1991, o Plano de Benefícios da Previdência através da Lei 8.213. Em 1.991, saiu a Lei que dá e garante o plano de benefícios. O Decreto 437 do Ministério da Previdência, publicado no dia 7 de dezembro de 1.991, regula os benefícios da Previdência.

A Portaria nº 3003, do Ministro do Trabalho, de 2 de janeiro de 1992, novamente regula e normatiza o pagamento das pensões e aposentadorias aos agricultores. Novamente uma ordem de serviço nº 78 de 9 de março deste ano, mais uma vez normatiza os benefícios da Previdência. Portanto, tudo o que poderia e deveria ser feito para que se garantisse a aposentadoria aos agricultores, está escrito, está no papel, está na lei. No entanto, estamos assistindo hoje uma deliberada e descarada omissão do INSS, do Ministério da Previdência em conceder os benefícios que a Constituição garante e a qual estamos nos referindo.

Hoje se encontram aqui em Curitiba, no Colégio Bom Jesus, aproximadamente 100 lideranças de agricultores, de sindicatos, de associações, de pastorais, discutindo formas ainda maiores de pressionar e de fazer com que o INSS, os Correios e a DATAPREV cumpram todas essas normas, portarias, leis e a própria Constituição, que tudo está garantindo, tudo está pronto para ser aplicado, no entanto, o INSS empurra para a DATAPREV, a DATAPREV empurra para o INSS, o INSS empurra para o Correio, o Correio devolve porque a culpa é do INSS e se está levando os agricultores, já aos 60 anos de idade, 62, 63 ao desespero, ou até a morte, antes mesmo de receber esse direito. Estamos participando hoje deste Congresso, deste Seminário das entidades onde se estuda alguma coisa a mais para obrigar os poderes públicos a cumprirem as

leis, o que é uma vergonha nesse País. Esperamos que amanhã ou depois não seja preciso colocar a polícia, tirar os velhinhos de dentro das agências do INSS ou de dentro das agências dos Correios do nosso Estado, pelo descumprimento, pela omissão descarada, pela safadeza com que os órgãos públicos estão tratando este problema e este direito dos agricultores.

Esperamos que não seja necessário fazer como os agricultores fizeram no prédio do Incra, ocupando as agências e obrigando o Presidente do Incra vir ao Paraná para discutir os problemas e parar de enrolar e enganar os trabalhadores rurais do Paraná, mas se não se tomar as devidas providências, o caminho será este, porque a paciência dos velhinhos agricultores do Paraná, está chegando aos seus limites e é bem provável que terão que tomar, juntamente com suas entidades representativas, e eu quero me solidarizar e dizer que se necessário for, estarei junto, para fazer com que os velhinhos ocupem os prédios da Previdência, do INSS, do Correio do Paraná para que se pare de enganar esses trabalhadores, que deram a vida pelo nosso País, produzindo e enriquecendo esse País e agora no final de suas vidas, se vêm ludibriados, enganados pelo próprio poder público que deveria lhes dar proteção e dar condições de vida.

Serei o primeiro a estar junto se isso for necessário, porque as negociações já estão se esgotando e não há mais condições. Há quatro anos que se enrola e que se engana o agricultor com o direito de aposentadoria, e não se cumpre a Constituição neste País. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 143/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 08 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 09 e 10 do corrente mês, em virtude de compromissos.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado.

A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio.-

Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/92, de autoria do Deputado ARLINDO TROIAN e OUTROS, que dispõe o ressarcimento aos Senhores Deputados de despesas com passagens, telefone, correspondência, moradia e combustível. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, emenda de plenário de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, devidamente apoiada, nos seguintes termos.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Arlindo Troian e outros a presente proposição dispõe sobre o ressarcimento aos Senhores Deputados de despesas com passagens, telefone, correspondência, moradia e combustível.

Em análise à proposição a Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao seu aspecto legal e constitucional, posicionou-se FAVORAVELMENTE PELA SUA APROVAÇÃO.

Chamada esta Comissão a opinar, conforme lhe compete pelo Regimento Interno desta Casa, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DIRCEU MANFRINATO - Relator

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 01

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/92

O art. 11 do Projeto de Resolução nº 006/92, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11 - Os créditos de que trata a presente Resolução incluídos os valores liberados pela Resolução nº 55/83, não poderão ultrapassar a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores destinados aos Deputados Federais."

Sala das Sessões, em 08.06.92.

(a) DOMINGOS CARVALHO

Apoio: Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia e Dobrandino da

Curitiba, segunda, em 08.06.92

Silva.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente alteração é deixar caracterizado que os valores a serem creditados aos senhores deputados, para o atendimento ao disposto no presente projeto, somados com os créditos previstos na Resolução nº 55/83, não poderão ultrapassar a 75% dos valores das cotas destinadas aos deputados federais para pagamento de despesas com telefone, passagens, correspondências e moradias. **O Projeto retorna à Comissão Competente.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/91, de autoria do Deputado NEIVO BERLADIN, que dispõe sobre o Serviço Público Coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, nos termos do art. 146 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Sem PARECERES. **Foi retirado pelo autor (Publ. no D.A. nº 13, de 06.03.91)**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/91, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Regente Feijó - Ensino de 1º e 2º graus, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 18 de 13.03.91).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 060/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que objetiva declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Regente Feijó" Ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Através do requerimento anterior o Deputado Mário Bezerra, havia solicitado diligências no sentido de ser anexado ao presente projeto o relatório de atividades da entidade, conforme dispõe a Lei nº 6.994.

Tendo sido satisfeita a referida providência, opinamos favoravelmente a aprovação do presente.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá, com sede e foro no município de

Paranaguã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.
Aprovado. (Publ. no D.A. n° 19, de
14.03.91).

DURVAL AMARAL
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

LCM/AL/2731/92

PROTOCOLO N° 2231/91

PROJETO DE LEI 76/91

SOMULA: Declara de Utilidade Pública o
Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguã.

AUTOR: Deputado Algaci Túlio

P A R E C E R:

Em 9 de abril de 1991, o então Senhor Relator, Deputado Mário Bezerra, requereu diligência junto ao autor, para comprovar a não remuneração dos seus dirigentes e anexar relatórios de atividades.

No momento o processo atende ao dispositivo legal, com o atendimento das informações solicitadas.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 123/92, de autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora GILDA P. ROCHA LOURES. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 56, de 11.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 123/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN, visa o projeto de lei em análise a concessão de título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora Gilda Poli Rocha Loures.

Quanto ao mérito, não há qualquer reparo a ser feito, face à notoriedade dos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná pela homenageada.

Entretanto, opinamos pela supressão do Patronímico "Rocha Loures", que, conforme nos relatou o autor do projeto não é mais utilizado pela homenageada que assina somente Gilda Poli.

Assim, nos manifestamos FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei n° 123/92, com a ressalva do parágrafo anterior, razão pela qual oferecemos o substitutivo em anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI N° 123/92

Art. 1° - Concede o título de Cidadã Honorária do Paraná, a Senhora GILDA POLI.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto de Lei concede a Título de Cidadã Honorária a Senhora Gilda Rocha Loures, ex-Secretária de Educação e atual Secretária de Cultura do Estado do Paraná.

Ocupando a Secretaria Estadual de Educação, o que grande parte da população paranaense e, principalmente, os trabalhadores da educação lembram, única e exclusivamente, de um ato que envolveu a atual Secretária: o ato por ocasião da greve dos professores, que foram espancados em praça pública em frente à Assembleia Legislativa. Tal Secretária não apresentou nenhuma proposta de inovação na área metodológica, na área pedagógica daquela Secretaria.

Hoje, na Pasta da Secretaria da Cultura, também tem tido uma participação bastante apagada e tem sido uma pessoa bastante passiva em relação aos fatos culturais que têm ocorrido no nosso Estado. Ou seja, não tem uma proposta concreta da Secretaria de Cultura.

Por tudo o que conhecemos dela, ocupando estas duas pastas, sendo sempre omissa ao Poder Executivo, sempre reprimindo os Servidores da pasta a qual ocupava, nós, do Partido dos Trabalhadores, votaremos contra e solicitamos que os demais Deputados também o façam.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão.

Aprovado, com a exclusão do PT.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 126/92, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO MOURÃOENSE DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DE 1° E 2° GRAUS, com sede no município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publicado no D.A. n° 57 de 12.05.82).

COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 126/92

P A R E C E R:

Procedemos à análise do Projeto de Lei nº 126/92, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que objetiva declarar de Utilidade Pública a União Mourãoense dos Estudantes Secundários do 1º e 2º Graus com sede no Município de Campo Mourão/PR.

Sob o aspecto jurídico o Projeto encontra-se amparado no que dispõe a Lei 6.994/78, verificadas as exigências ali contidas.

Manifestamos nosso parecer favorável ao prosseguimento de sua normal tramitação neste legislativo.

E o parecer -

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ALBERGUE NOTURNO DE FOZ DE IGUAÇU, com sede no município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..Aprovado. (Publicado no D.A. nº 68 de 21.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 145/92

P A R E C E R:

O ilustre parlamentar propõe projeto de lei, que visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ALBERGUE NOTURNO DE FOZ DO IGUAÇU, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental, motivo pelo qual opinamos pela tramitação normal do presente nesta Casa de Leis.

E o parecer, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

EMILIA BELINATI

Relatora

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 066/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que denomina de "Duílio Dias" a sala que abriga o Setor de Almoxarifado desta Casa. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva.

Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 066/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica, a sala que abriga o Setor de Almoxarifado, denominada de DUILIO DIAS.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Heinz Herwig, João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

Através deste projeto de resolução, pretendemos prestar justa homenagem a um homem que dedicou parte de sua vida como exemplar servidor deste Poder Legislativo.

Duílio Dias, nascido em Ponta Grossa no dia 02 de outubro de 1935, filho de Frederico Dias Júnior e Dona Celmira Dias. Faleceu nesta Capital no último dia 03, deixando viúva Dona Rossi Ferreira Dias, dois filhos e 05 netos.

Duílio Dias, além de exemplar chefe de família, funcionário dedicado, exerceu por longos anos a chefia do Setor de Almoxarifado desta Casa de Leis. Aposentado pelo Decreto nº 574/87 de 19.10.87.

Como esportista, foi um dos maiores artilheiros do futebol paranaense. Ex-centroavante do Coritiba Futebol Clube, que em sua época, marcou uma trajetória maravilhosa, sempre aplaudido por todas as torcidas, deixando como seu seguidor o filho Duílio Junior que hoje milita no futebol portugueses.

No futebol, Duílio Dias começou numa tarde de 1954, no velho estádio de Vila Oficinas, em Ponta Grossa. Revelado no Operário-Ferroviário, Duílio teve o seu passe adquirido pelo Coritiba naquele ano e, para suas despedidas, foi acertado um jogo amistoso. Ele jogou pelo Operário-Ferroviário no primeiro tempo e pelo Coritiba no segundo, caracterizando sua transferência, conforme o romantismo da época. O jogo terminou empatado em 1 a 1, marcando Hélio Dias, irmão de Duílio, no primeiro tempo para o "Fantasma dos Campos" e, o próprio Duílio, para o Coritiba no segundo tempo.

Alto, forte, valente, com caráter de competidor, bom cabeceador e dono de uma patada demolidora, logo se consagrou como goleador no Alto da Glória. Formou naquele que considerava o maior ataque já formado pelo Coritiba em todos os tempos: Miltinho, Almir, Ivo, Duílio e Ronald. Os adversários estremeciam quando eles entravam em campo com a camisa branca, com o globo simbólico verde sobre o coração e os cal-

ções negros, lembrando o antigo uniforme da seleção alemã. Foi a forma encontrada de identificar o clube com a prática de origem da maioria dos seus fundadores.

Quantos gols, quantas alegrias, quantos títulos de campeão! São os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida. Passam-se os anos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daquele que realizou alguma coisa sobretudo pela família e pelos amigos.

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 66/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, o Projeto de Lei nº 66/91, visa denominar de "Duílio Dias", a sala que abriga o setor de almoxarifado desta Casa.

Esta Comissão Executiva, não encontrou óbice de qualquer natureza que pudesse apor obstáculos a normal tramitação do Projeto por esta Casa de Leis, emite o seu parecer FAVORÁVEL, pela aprovação da matéria ora em pauta.

Encontramos ainda na iniciativa do autor, um fundo altamente meritório, uma vez que o citado funcionário. (já falecido), deu tanto de si para o perfeito desempenho e funcionamento do setor de almoxarifado, onde por longos anos desempenhou a contento as suas funções.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 894, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 886, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 882-Z, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 896, 897, 898, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 895, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Deferido.**

Requerimento de nº 893, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 892, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de nº 884, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 888, 889, 890, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 899, 903, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 902, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 861, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Em nome da Bancada do PT, nós achamos que o Deputado Max Rosenmann não fez mais do que a sua obrigação, mais do que a obrigação de um Deputado.

Portanto, é papel de um Deputado fazer isso, não sendo necessário votos de louvor.

Neste sentido, votamos contrariamente a esta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. **Aprovado.**

Com restrições da Bancada do PT.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Neivo Beraldin, inscrito.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, na semana que passou eu requeri, em Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de nº 44/91, para que finalmente esta Casa pudesse votar este assunto tão importante e polêmico, que é o fim do monopólio do transporte coletivo no Estado do Paraná.

No entanto, para surpresa nossa, este Projeto vem hoje para a Ordem do Dia, ainda sem o Parecer de nenhuma das Comissões da Casa. E eu recorro-me que, no passado, quando o nobre Deputado Colombino Grassano era Presidente, designou dois relatores: um, depois mais um. E hoje este Projeto vem para a Ordem do Dia sem um Parecer, sequer, da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu solicitei, então, que fosse retirado da Ordem do Dia para que este projeto

passa pela Comissão de Constituição e Justiça e todas as Comissões necessárias, e que tramite de forma urgente, para que se possa, então, analisar o projeto em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO: dos Projetos de Lei n°s 060

e 076/91, 123, 126 e 145/92, e do Projeto de Resolução n° 066/91.

Marca ainda, para logo após o término da Sessão Ordinária, uma Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA: das Proposições n°s 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081/91, 029, 030 e 034/92.

Levanta-se a sessão.